

Transformações no emprego formal, na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: 1985-2008

Maria Isabel H. da Jornada*
Sheila S. Wagner Sternberg*

O mundo do trabalho, no Brasil, sofreu profundas transformações nas últimas décadas, refletindo as mudanças econômicas, sociais, políticas e institucionais enfrentadas pelo País. A maior inserção do Brasil no processo de globalização e o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva, em meio a uma sucessão de políticas de cunho neoliberal, que buscaram reduzir o papel do Estado, incentivando as privatizações e a desregulamentação de várias esferas da economia e da sociedade, modificaram notavelmente as condições de funcionamento do mercado de trabalho na direção de uma maior seletividade e da precarização das relações de trabalho.

A ausência de um crescimento econômico sustentado, aliada a mudanças de ordem estrutural, como a emergência de um novo paradigma técnico-produtivo que impactou o ambiente fabril, trazendo a modernização tecnológica e novas formas de organização e de gestão do processo de trabalho, incidiu sobre os níveis do emprego, sobre a qualidade dos postos de trabalho gerados e, sobretudo, sobre o perfil da força de trabalho.

Nesse contexto, o presente estudo pretende investigar as principais mudanças no segmento formal do mercado de trabalho industrial, entendido como aquele regido por contrato legal de trabalho — regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Funcionário Público —, no período compreendido entre os anos de 1985 e 2008, acompanhando a série histórica disponibilizada pela Relação Anual

· Socióloga, Técnica da FEE e Mestre em Sociologia

* Engenheira química e Técnica da FEE

de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS — um registro administrativo que reúne informações prestadas, por determinação legal, pelos estabelecimentos empregadores — fornece uma riqueza admirável de dados sobre a situação dos empregados com vínculos empregatícios (celetistas, estatutários, temporários e avulsos) em 31 de dezembro de cada ano, com uma cobertura estimada em 95% dos potenciais declarantes.

O foco do estudo é a evolução do emprego na indústria de transformação do Rio Grande do Sul *vis-à-vis* ao comportamento da indústria do Brasil, buscando marcar as diferenças dos dois espaços, para alcançar as especificidades do emprego formal no Estado.

A análise empreendida teve como pano de fundo a reestruturação produtiva que se intensificou, no Brasil, na década de 90, depois de um período de crise que ficou conhecido, na expressão de muitos economistas, como a “década perdida” (anos 80), ou, para outros, invocando Schumpeter, como a “década da destruição criadora”. As medidas de política econômica enfeixadas nos Planos de Estabilização Econômica pós 1985 conduzem a análise e delimitam os enquadramentos temporais para a totalidade do período, permitindo que se examinem os rebatimentos dos Planos no âmbito do mercado de trabalho formal, particularmente no emprego na indústria de transformação.

Na primeira parte do artigo, encontra-se uma análise global da evolução do emprego formal no Brasil e no RS que considera os dois anos extremos do período investigado (1985 e 2008), abrindo-se um tópico para examinar as alterações no perfil da população empregada. Na segunda parte, detalha-se a análise, tendo como fio condutor os planos econômicos e as repercussões no emprego industrial.

1 UMA VISÃO GERAL DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1985 A 2008

1.1 Breve caracterização da estrutura do emprego formal

Em 1985, o contingente de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal era de 1.610.302 indivíduos no Rio Grande do Sul e de 20.492.131 no Brasil, sendo que 502.318 na indústria de transformação sul-rio-grandense e 5.213.804 na brasileira. Nesse ano, portanto, a indústria de transformação do RS representava 9,6% do total do emprego industrial brasileiro, conservando-se em torno disso até 1991, passando para um pouco acima de 10,0% até 1994, oscilando nos anos seguintes, notando-se a sua maior participação em 2001 (10,9%). De 2005 para frente, a indústria gaúcha vem perdendo importância relativa no contexto do emprego nacional, atingindo o menor valor em 2008 (9,1%), não só como reflexo de ganhos de participação de outros estados como em razão das suas próprias dificuldades nos últimos anos, notadamente, o revés nas exportações em decorrência do câmbio valorizado, já que o RS tem, nas atividades exportadoras, um dinamizador da sua economia, e dos encadeamentos da indústria com o Setor Primário, que fazem com que as vicissitudes do campo se propaguem para a indústria.

No RS, no início da série histórica disponibilizada pela base RAIS (1985), a indústria de transformação, com um total de 14.891 estabelecimentos¹, era a maior empregadora no mercado de trabalho formal, com 31,2% dos trabalhadores com vínculos legais. Seguiam o setor de serviços, a administração pública e o comércio, os mais significativos na estrutura setorial do emprego estadual naquele momento. A indústria gaúcha permaneceu nessa condição de liderança até 1996, quando se encontrava em uma situação de equilíbrio com o setor

¹O estabelecimento, para efeitos da análise, está sendo tomado como uma *proxy* de empresa, ainda que isso não seja rigorosamente correto, na medida em que a empresa é formada por um ou mais estabelecimentos. O critério de porte industrial adotado é o do Sebrae, que considera microempresa o estabelecimento com até 19 empregados, pequena o com 20 a 99 empregados, média o com 100 a 499 empregados e grande o com acima de 500 empregados. No RS, em 1985, predominavam os microestabelecimentos (79,5%), seguidos pelos pequenos (13,6%), médios (5,7%) e grandes (1,2%).

serviços, com participações no emprego total em torno de 27%, perdendo a liderança, a partir de 1997, para este último, ficando na segunda posição do *ranking* do emprego formal, o que só foi interrompido no ano de 2004, quando assumiu novamente a dianteira, recuando a partir do ano seguinte. Em 2008, os setores mais expressivos na composição do emprego formal permaneciam os mesmos do início da observação, mas com novas disposições: o serviços era o maior absorvedor de mão de obra, seguido pela indústria de transformação, pelo comércio e pela administração pública. Cabe registrar o avanço da construção civil ao longo dessas décadas, que passou dos 2% do total empregado em 1985 para 3,7% em 2008 ([Tabela 1](#)).

A distribuição do emprego no setor industrial mostra, no Estado, uma significativa concentração de pessoal em dois gêneros — calçados e produtos alimentares e bebidas —, que, em conjunto, respondiam por 41,1% do total do emprego industrial em 1985 e 36,5% em 2008. Nos demais segmentos, a participação ficou compreendida, em 1985, entre 2,3% (material elétrico e de comunicação) e 10,3% (metalúrgica) e, em 2008, entre 2,5% (minerais não metálicos) e 10,3% (metalúrgica). A indústria de calçados figura, ao longo de todo o período, no topo do *ranking*, com exceção do último ano, quando foi deslocada para a segunda posição pela de produtos alimentares e de bebidas. Como expressão dos reveses sofridos pelos calçados gaúchos no transcurso dessas décadas, registra-se a perda de participação relativa no emprego de 26,3% em 1985 para 17,1% em 2008 ([Tabela 2](#)).

Entre os anos extremos do período considerado, verificou-se o crescimento expressivo do número de estabelecimentos industriais no RS (136,4%), que, em 2008, atingiram a cifra de 35.196. O parque fabril gaúcho, composto majoritariamente por microestabelecimentos, viu crescer o predomínio desses, com uma expansão de 154,8%, muito acima do que foi alcançado pelos pequenos (93,8%) e infinitamente maior do que o registrado pelos médios (9,0%). Os grandes estabelecimentos, por sua vez, decresceram 1,7%. Dessa forma, em 2008, os

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

microestabelecimentos passaram a representar 85,7% do total; os pequenos, 11,1%; os médios, 2,6%; e os grandes, tão somente 0,5%.

No Brasil, a indústria de transformação, com um total de 141.548 estabelecimentos em 1985,² não tinha a mesma importância para o emprego formal que tinha no RS. Jamais figurou como a maior empregadora, passando da segunda posição em 1985 para a terceira a partir de 1995. Em 1985, o setor serviços liderava, seguido pela indústria de transformação, pela administração pública, pelo comércio e pela construção civil, os mais expressivos na estrutura setorial do emprego. Já em 2008, o setor serviços, com participação ainda maior, mantém-se na liderança, seguido pela administração pública, pela indústria e pelo comércio, com, praticamente, a mesma importância relativa, e pela construção civil ([Tabela 3](#)).

Na indústria nacional, havia uma distribuição mais equilibrada dos empregados nos subsetores de atividade. No início da série, a indústria de produtos alimentares e bebidas respondia por 15,5% dos empregados do setor, seguida pela têxtil e metalúrgica, que abrigavam, respectivamente, 14,3% e 11,4%, ficando os demais segmentos com participação entre 4,7% (calçados) e 9,2% (química). A predominância de produtos alimentares e bebidas fortalece-se ao longo de todo o período, enquanto os outros dois segmentos destacados em 1985 perderam participação. Os demais subsetores tinham, nesse ano, participações compreendidas entre 3,7% na indústria de material elétrico e de comunicações e 9,8% na indústria química.

O número de estabelecimentos industriais, no País, cresceu em ritmo inferior ao verificado no RS (126,6%). Com isso, o Estado experimentou um leve ganho de participação no total de estabelecimentos industriais do País, passando de 10,5% em 1985 para 11,0% no último ano. A desagregação por estratos de porte revela, no Brasil, uma dinâmica semelhante a do Estado, com a diferença de que, no plano

²Assim como no Estado, os microestabelecimentos também predominavam no plano nacional, onde eram 77,3% dos estabelecimentos industriais. Seguiam os pequenos (16,3%), os médios (5,3%) e os grandes estabelecimentos (1,2%).
A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

nacional, o crescimento é generalizado: os microestabelecimentos tiveram um incremento de 142,2%; os pequenos, de 94,4%; os médios, de 25,4%; e os grandes, de 3,0%. Assim, os microestabelecimentos passaram a representar 82,7% do total; os pequenos, 14,0%; os médios, 2,9%; e os grandes estabelecimentos, 0,5%.

As distinções entre a estrutura do emprego industrial no Estado e no País ajudam a identificar as especificidades locais e a compreender a natureza e o funcionamento do mercado de trabalho industrial em cada um desses espaços. As possibilidades de avanço e de recuo, bem como a forma com que os diferentes mercados de trabalho reagem aos impactos econômicos e políticos/institucionais, estão referidas a esses condicionantes de ordem estrutural.

1.2 Perfil da população empregada

As transformações no tecido produtivo foram acompanhadas de mudanças na composição da força de trabalho. O perfil dos empregados formais sofreu sensíveis alterações, expressas, sobretudo, no aumento da participação feminina no emprego regulamentado, na elevação da média etária dos trabalhadores e no crescimento do nível de escolaridade deles. Embora essas modificações apareçam de forma mais exacerbadas na fração formal do mercado de trabalho — e sejam indicativas de sua maior seletividade —, elas são, igualmente, detectadas na totalidade do mercado de trabalho, pois dizem respeito ao funcionamento da própria dinâmica demográfica.

Apesar dos avanços ao longo do período examinado, resultante do maior crescimento do contingente de mulheres empregadas comparativamente ao de homens, o mercado de trabalho formal ainda é predominantemente masculino, observando-se uma maior importância relativa da mão de obra feminina no RS do que no Brasil, ainda que, no País, as mulheres tenham registrado um maior crescimento na sua participação no emprego. Em 2008, 43,7% dos empregados estaduais eram mulheres, uma ponderação que era 6,3 pontos percentuais superior A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

à do início do período.³ No País, a participação das mulheres avançou de 32,3% para 41,1%, no período analisado.⁴ Em termos absolutos, as mulheres conquistaram cerca de 500 mil postos de trabalho no Estado e 9,7 milhões no País, enquanto os homens somaram aproximadamente 411 mil postos e 9,4 milhões respectivamente. Na indústria de transformação, a presença masculina tem uma representatividade maior ainda no emprego, o que é mais acentuado no contexto nacional do que no estadual. Embora a inserção das mulheres nos postos de trabalho do conjunto da indústria de transformação e na maior parte dos subsetores que a compõem tenha ocorrido em um ritmo mais intenso do que o dos homens, ao final do período, as mulheres persistiam minoritárias na maior parte dos segmentos industriais, tanto no Estado quanto no País. No RS, em 2008, 35,3% dos empregados da indústria de transformação eram mulheres, que lograram uma expansão de 2,7 pontos percentuais na sua participação, no período analisado. No Brasil, a participação feminina na indústria de transformação — sempre menor do que a registrada no Estado — atingiu, ao final do período, 29,8%, marcando um acréscimo de 4,4 pontos percentuais em relação a 1985. A indústria têxtil e a de produtos minerais não metálicos eram as que detinham, no Estado, tanto no início como ao final do período, a menor e a maior participação masculina respectivamente. A indústria têxtil, tradicionalmente feminina, viu crescer a importância relativa dos trabalhadores homens de 26,7% em 1985 para 28,2% em 2008, enquanto a de produtos minerais não metálicos, tradicionalmente masculina, viu decrescer a participação dos homens de 91,3% para 89,2%. No caso do País, é, igualmente, a indústria têxtil que registra a menor participação masculina (41,8% em

³De acordo com dados da **PNAD 2008** (2008), a participação feminina no mercado formal do RS, naquele ano, era próxima àquela que desfrutavam entre os ocupados (44,4%) e era menor do que a encontrada na População em Idade Ativa (PIA) (51,8%) e também na População Economicamente Ativa (PEA) (45,4%).

⁴Também no País, a presença das mulheres no mercado formal era inferior a encontrada na PIA (51,7%) e na PEA (43,6%) e próxima à registrada na totalidade dos ocupados (42,4%), conforme dados da **PNAD 2008** (2008).

1985 e 38,0% em 2008), ao passo que a maior participação dos homens no total do emprego se verifica na de material de transporte (de 91,4% passou para 87,7% em 2008) (Tabelas 4 e 5).

O aumento do número de trabalhadores em faixas etárias mais avançadas, no Estado e no País, fez com que a composição desses mercados de trabalho se alterasse na direção da elevação da média de idade dos trabalhadores. É importante verificar que somente as faixas acima de 40 anos experimentaram ampliação de sua participação, embora diminuição de contingente tenha ocorrido unicamente na faixa de até 17 anos.

A média etária dos empregados formais elevou-se mais rapidamente no RS — acréscimo de 4,3 anos — do que no Brasil — acréscimo de 3,6 anos —, o que inverteu a situação do início do período, em que os trabalhadores estaduais eram, em média, um pouco mais jovens do que os nacionais. Em 2008, a média etária no Estado era de 36,3 anos e, no País, de 36,1 anos. A indústria de transformação, que contava com empregados com média etária inferior à média do agregado e uma das menores entre os setores de atividade, experimentou também elevação da média etária, que atingiu, em 2008, o mesmo patamar no RS e no Brasil (33,9 anos). O mesmo movimento ocorreu nos subsetores de atividade no RS e no Brasil, sendo que a maior elevação na média etária ocorreu na indústria de calçados, nos dois casos, e a menor na de produtos alimentícios no RS e na indústria de material de transporte no Brasil. Na maior parte dos subsetores, a média etária dos trabalhadores estaduais era superior à do congênere nacional (Tabelas 4 e 5).

Apesar do aumento registrado, a indústria de calçados, ao final do período, assim como no ano inicial da série, contava com os trabalhadores com menor média etária do País, 31,0 anos. No RS, a indústria de material elétrico e de comunicações tomou o lugar da de calçados, que, em 1985, contava com os trabalhadores mais jovens (25,3 anos), exibindo a média etária mais baixa em 2008 (31,9 anos). Já as maiores médias etárias eram encontradas, no último ano, entre os trabalhadores

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

da indústria de minerais não metálicos, tanto no Estado (35,5 anos) quanto no País (34,9 anos).

Deve-se ter presente que a elevação da média etária dos empregados formais segue a tendência geral do mercado de trabalho e corresponde à própria dinâmica demográfica. No RS, a idade média desses trabalhadores situou-se um pouco abaixo daquela da População em Idade Ativa (37,9 anos), da População Economicamente Ativa (38,3 anos) e dos ocupados (38,8 anos), enquanto, no Brasil, era inferior àquela da PEA (36,6 anos) e à dos ocupados (37,2 anos), mas levemente superior à da PIA (35,8 anos), conforme dados da **PNAD 2008** (2008).

O patamar de escolaridade dos empregados formais elevou-se ao longo do período investigado, como decorrência do aumento do contingente de trabalhadores com maiores níveis de escolaridade e da conseqüente redução daqueles dos estratos mais baixos (analfabetos e os com até a oitava série do ensino fundamental incompleta). As médias de escolaridade no RS e no Brasil, em 1985, eram muito próximas (7,4 anos de estudo no RS e 7,3 no Brasil), observando-se que, em 1993, no caso do Estado, e em 1994, no País, se atingiu a média de escolaridade compatível com a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo), o que só foi alcançado na indústria de transformação do RS em 2003 e na do Brasil em 2001. Em 2008, as escolaridades médias dos empregados formais do RS e do Brasil evoluíram para 10,2 e 10,3 anos de estudo respectivamente, conservando-se muito próximas. Na indústria de transformação, situou-se mais abaixo, 9,2 anos de estudo no Estado e 9,4 no País. Os subsetores industriais experimentaram movimento semelhante: redução do número de trabalhadores nos estratos mais baixos e elevação nos demais fizeram com que caísse a participação dos menos escolarizados, provocando a elevação do patamar de escolaridade média em todos os segmentos produtivos, que, assim, ultrapassaram a conclusão do ensino fundamental, tanto no País como no Estado. Em 2008, no RS, os trabalhadores da indústria de material elétrico e de comunicações eram os que exibiam o maior nível de escolaridade (10,8

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

anos de estudo), enquanto a indústria de calçados exibia o menor nível (8,0 anos de estudo); no Brasil, material elétrico e de comunicações e a indústria de material de transporte eram as que empregavam trabalhadores com maior nível de escolaridade (10,7 anos de estudo), e a indústria de produtos alimentícios e a de produtos minerais não metálicos empregavam os com o menor nível (8,4 anos de estudo em ambas) (Tabelas 4 e 5).

Em larga medida, a melhoria da condição de escolaridade dos trabalhadores formais refletiu o movimento geral de escolarização da população e mais especificamente aquele que ocorreu na totalidade do mercado de trabalho. Ressalte-se a melhor condição de escolaridade dos empregados formais comparativamente à totalidade do mercado de trabalho, o que pode ser indicativo da maior seletividade ali existente. Tomando-se os dados da **PNAD 2008** (2008), verifica-se que a participação dos indivíduos com pelo menos oito anos de estudo na PIA era de 48,8% no Brasil e de 49,9% no RS; na PEA, era de 59,2% no Brasil e 58,2% no RS, e, entre os ocupados, acusava 57,6% no RS e 58,5% no Brasil, todos valores inferiores àqueles encontrados, no mesmo ano, entre os empregados formais, tanto em termos globais (79,7% no RS e 81,2% no Brasil) como na indústria de transformação (71,3% no RS e 76,6% no Brasil), de cada um dos espaços.

2 A TRAJETÓRIA DO EMPREGO INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO

2.1 Do Plano Cruzado ao Plano Collor: as repercussões sobre o emprego industrial

A década de 80 representou o fim da era de desenvolvimento econômico baseado no modelo de substituições de importações, que entrou em crise no final dos anos 70, agravada pela elevação dos juros

nos Estados Unidos e pela crise do petróleo em 1979. Depois de um período de grande expansão industrial, marcado pelo significativo crescimento da produção e do emprego da indústria, o País ingressou nos anos 80 com recessão, com queda no nível dos investimentos e taxas de crescimento que não se sustentavam. O acordo fechado com o FMI para o biênio 1983-84, impondo uma política drástica de ajuste interno e externo, sob a responsabilidade do setor público, resultou na redução da demanda interna, com aumento do desemprego, queda nos rendimentos e aceleração da inflação. Trata-se também da década que deu início ao processo de (re)democratização política da sociedade brasileira.

O ano de 1985 marca a transição para o governo civil no Brasil, com a posse do Presidente José Sarney, a instalação da Assembléia Nacional Constituinte no início de 1987 e a conseqüente promulgação da nova Constituição Federal no final de 1988. Na economia, inaugurou-se a era dos planos de estabilização heterodoxos, com o Plano Cruzado em 1986, seguido pelos Planos Bresser (1987) e Verão (1989).

Após diversas tentativas ortodoxas fracassadas de controle da inflação na primeira metade da década de 80, o Brasil experimentou seu primeiro plano heterodoxo de controle de preços e salários em 1986 — o Plano Cruzado. Numa visão histórica, é possível dizer que seu maior mérito foi mostrar que não se obteria sucesso no combate à inflação, no Brasil, sem considerar decisiva a preocupação com a indexação generalizada da economia.

Basicamente, o Plano Cruzado implantou uma nova moeda — o cruzado —, congelou os preços e os salários e extinguiu a correção monetária, criou o Seguro-Desemprego e o gatilho salarial (reajuste automático dos salários cada vez que a inflação atingisse 20%), decretou a moratória e suspendeu o pagamento da dívida externa. O Plano Bresser manteve o congelamento de preços e salários, aumentou as tarifas públicas e acabou com o gatilho salarial. O Plano Verão, por sua vez, procurou segurar a inflação pelo controle do déficit público, privatizou

estatais, estabeleceu novo congelamento de preços e determinou a desindexação da economia.

A forte desaceleração no processo de crescimento econômico⁵, especialmente se comparada com as altas taxas da década de 70, levou vários analistas econômicos a se referirem a esse período como a “década perdida”, o que é contestado por vários outros estudos que mostram que, em meio à crise, houve mudanças e avanços na esfera produtiva e nas questões do trabalho que não podem ser desprezadas.

Com efeito, o processo de reestruturação produtiva que se aprofundou e se difundiu nos anos 90 começou a se delinear, no Brasil, no final dos anos 70 — quando apareceram os primeiros registros da adoção isolada dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) nas fábricas —, tendo prosseguimento no curso dos 80, com as experiências modernizadoras de grandes empresas de segmentos considerados de ponta, que começaram a introduzir inovações tecnológicas e organizacionais à semelhança do que vinha ocorrendo nos países desenvolvidos. Nesses países, a reestruturação já estava em processo adiantado, desencadeada pela crise do regime fordista de acumulação no final dos anos 70. O mercado de trabalho foi assumindo novas configurações em consonância com um duplo movimento: um de natureza estrutural relacionado com a emergência dos novos paradigmas tecnológicos e de gestão e organização do processo de trabalho (dentre outras acepções, especialização flexível, modelo japonês ou Toyotismo, acumulação flexível); e outro a que se atribui uma natureza conjuntural relacionada às medidas de política econômica e ao consequente desempenho da atividade produtiva.

No âmbito da reestruturação produtiva, observaram-se, a partir de meados da década, a introdução e a difusão de equipamentos microeletrônicos (equipamentos de automação programada ou flexível) e mudanças de caráter organizacional, baseadas, sobretudo, nas técnicas

⁵ As taxas de crescimento do PIB apresentaram fortes oscilações em torno de um patamar bem inferior ao das décadas anteriores, inclusive com recessão nos anos de 1981 e 1983.

japonesas — Just-in-Time/Kanbam, celurização da produção, Controle de Qualidade na Produção (TQC na sigla em inglês) e Controle Estatístico de Processo (CEP). As inovações na organização do processo de trabalho e na gestão da produção tiveram como característica a adaptabilidade às especificidades do País, ou seja, os novos paradigmas organizacionais — especialmente os enfeixados no modelo japonês — não foram transplantados de seus países de origem na sua forma pura original, sofreram adaptações e ajustes à realidade local, o que lhes conferiu um caráter restrito. Princípios basilares das técnicas japonesas, como a participação e o envolvimento dos trabalhadores e a flexibilização do trabalho, foram sendo amoldados para se adequar à política de gestão do trabalho predominante no cenário fabril brasileiro, historicamente autoritária. Como registra Márcia de Paula Leite (1994, p. 567), “[...] apesar da diferenciação de estratégias utilizadas pelas empresas, é possível identificar um elemento comum: seu caráter limitado, reativo e um processo de modernização conservadora”. No que se refere aos investimentos na modernização dos equipamentos, pesquisas da época mostram a defasagem do quadro brasileiro em relação aos países desenvolvidos (Castro, 1993; Ferro, 1992; Ruas; Antunes; Roesse, 1993).

Como consequência, foi-se moldando outro perfil de trabalhador industrial, capaz de corresponder às necessidades do novo paradigma tecno-produtivo: o trabalhador polivalente e multifuncional. Novos atributos despontaram, deslocando requerimentos de qualificação anteriormente consagrados, como a habilidade (destreza) manual e a especialização em determinada etapa do processo produtivo, em favor de uma formação mais ampla, que dotasse o trabalhador de múltiplas habilidades e desenvolvesse variadas competências. Conferiu-se ênfase ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e sociocomunicativas, privilegiando-se: as habilidades cognitivas que se sobrepõem às manipulativas; a posse de conhecimentos gerais ao invés de específicos, numa perspectiva de desenvolver a capacidade de raciocinar, de entender e de refletir; a aptidão de comunicação e de relacionamento interpessoal; A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

a responsabilidade; a autodisciplina; a criatividade. Nessa reconfiguração tecnológica e organizacional do espaço fabril, a posse de um nível mínimo de escolaridade formal (ensino fundamental completo e, no mais das vezes, o ensino médio) tornou-se condição para viabilizar a treinabilidade dos trabalhadores. Assim sendo, tanto para as novas contratações quanto para a permanência no cargo, passou-se a preferir os indivíduos com maiores níveis de escolaridade e melhor qualificados, conferindo um maior grau de seletividade para o mercado de trabalho industrial, o que transparece na elevação do patamar de instrução dos empregados, na indústria de transformação, nas duas últimas décadas⁶, notoriamente naqueles segmentos produtivos mais ritmados com a modernização tecnológica e com os novos processos de trabalho.

No âmbito do mercado de trabalho, os anos 80, no seu início, registraram um avanço do desemprego com taxas de crescimento superiores às que vinham ocorrendo na década de 70 e uma tendência à crescente informalização das relações de trabalho, que se aprofundaria nos anos 90. Desde fins de 1984, o mercado de trabalho buscava uma recuperação, o que foi amplamente alcançado em 1986, quando o Plano Cruzado provocou um impulso no emprego formal, com uma expansão inédita de 7,5% no RS e de 8,2% no Brasil, até hoje considerada uma marca histórica nas estatísticas do trabalho regulamentado. Todavia a desaceleração da economia no final de 1986 levou a uma freada no ritmo de crescimento do nível do emprego em 1987, observando-se um novo ímpeto em 1988 e uma nova arrefecida em 1989, maior no RS do que no Brasil ([Gráfico 1](#)).

O movimento de recuperação observado em 1986 foi muito mais acentuado na indústria de transformação, que, no RS, mostrou um incremento de 13,4%, só superado pelo "boom" da construção civil⁷

⁶ Sobre a reestruturação produtiva no Rio Grande do Sul e suas consequências, ver, especialmente, Castilhos e Passos (1998) e Jornada, Sternberg e Zimmermann (1999).

⁷Ainda que, em termos relativos, a construção civil tenha experimentado variação mais expressiva que a indústria de transformação, é preciso destacar que, em termos absolutos, o incremento foi bem menos significativo, representando 10,4% das 67.505 vagas acrescidas na indústria de transformação estadual e 18,4% dos 784.302 postos A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

(21,8%), e de 15,0% no Brasil, também só superado pela construção civil (16,8%). Em 1987, a indústria de transformação experimentou um recuo de 2,2% no RS e de 2,7% no Brasil, para voltar a subir nos dois anos seguintes. Em 1988, o emprego industrial exibiu variações de 2,6% e de 0,6% no RS e no Brasil, respectivamente, e em 1989, de 2,7% e de 4,8%, no Estado e no País, respectivamente ([Gráfico 2](#)).

A maior parte dos segmentos que compõem os parques fabris gaúcho e nacional seguiu o comportamento do agregado setorial, ainda que tenham se verificado distintas magnitudes de variação (Tabelas [6](#) e [7](#)). Entre os gêneros que compõem o parque fabril gaúcho, sete exibiram taxas de variação do emprego formal acima do agregado da indústria em 1986, com destaque para a indústria mecânica, a têxtil, a de papel e gráfica e a de material de transporte. Em 1987, a maior parte experimentou recuo. Os mais expressivos ocorreram na indústria têxtil, na de madeira e mobiliário e na mecânica. Já em 1988, quatro mostraram queda, as maiores na indústria mecânica e na de produtos alimentares e bebidas, e oito tiveram impulsos, os maiores na indústria de borracha, fumo e couro, na de madeira e mobiliário e na de calçados. Em 1989, quase só a indústria de calçados perdeu postos, sendo que seis gêneros cresceram acima do agregado, com realce para material elétrico e de comunicações, química e material de transporte.

No Brasil, cinco gêneros da indústria de transformação colocaram-se acima do agregado em 1986: têxtil; mecânica; material elétrico e de comunicações; borracha, fumo e couro; e madeira e mobiliário. Em 1987, o emprego formal cresceu apenas na indústria de produtos alimentares e bebidas e na de papel e gráfica, registrando-se as quedas mais pronunciadas em calçados, madeira e mobiliário e têxtil. Em 1988, cinco mostraram queda, as maiores na mecânica e na metalúrgica, e o restante apresentou incremento, sendo os mais significativos na indústria de calçados e na de produtos alimentares e bebidas. Em 1989, o emprego formal estava em alta em todos os gêneros, especialmente em material

somados ao setor no País.

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

elétrico e de comunicações, papel e gráfica, química e têxtil e material de transporte.

Foi nesse cenário de comportamento errático do mercado de trabalho formal que se sucederam os Planos Collor I e Collor II, editados em 1990 e 1991, respectivamente, com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto popular depois do fim da ditadura militar — Fernando Collor de Melo. Tendo como objetivos centrais combater a inflação e reduzir o déficit público, o Plano Collor I confiscou 80% dos depósitos bancários e aplicações financeiras; restabeleceu o cruzeiro como moeda; decretou o congelamento de preços e salários, que passariam a ser reajustados conforme índices prefixados; criou o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), um imposto extraordinário e único sobre as operações com ativos financeiros, transações com ouro e ações e sobre todas as retiradas das contas de poupança; eliminou vários tipos de incentivos fiscais; reduziu a presença do Estado na economia, por meio da privatização de empresas estatais; extinguiu vários órgãos públicos, com a demissão dos respectivos funcionários que não estivessem protegidos pelas regras da estabilidade; aumentou os preços dos serviços públicos; estabeleceu a flutuação do câmbio segundo as tendências do mercado; elevou o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI); e determinou a abertura econômica para o exterior, com a redução progressiva das alíquotas de importação.

O impacto na economia, de imediato, foi uma extraordinária queda na atividade, acompanhada por queda na inflação. No final do ano, a liquidez na economia, após uma drástica redução, já estava em ritmo veloz de crescimento, e a inflação havia retornado. O Plano Collor II, baixado no ano seguinte, estabeleceu várias medidas, principalmente de ordem financeira, destacando-se: um novo congelamento de preços e salários; uma reforma financeira que eliminou as aplicações *overnight* e criou os Fundos de Aplicação Financeira (FAFs), que deveriam conter, no mínimo, 43% de títulos governamentais; a substituição do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) pela Taxa Referencial Diária (TRD) como A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

indexador dos preços com juros prefixados; a elevação do Imposto Sobre Operações Financeiras e da taxa de juros; e o início da execução do cronograma de redução das alíquotas de importação.

O Governo Collor aprofundou as mudanças no regime de importações do País, iniciadas em 1988, com a adoção de várias medidas cuja finalidade era ampliar o grau de inserção da economia brasileira na economia mundial, através de uma mudança profunda na política de importações, revogando uma série de barreiras tarifárias e não tarifárias. A abertura comercial unilateral e sem seletividade impôs à indústria nacional um brutal choque de competitividade, sem que os setores mais expostos estivessem minimamente preparados para se adequar aos novos padrões competitivos. As empresas foram forçadas a um forte "ajuste defensivo", com vistas a um aumento de produtividade e da qualidade dos seus produtos, para reforçar a sua competitividade face à concorrência internacional, o que provocou impactos significativos na estrutura industrial, notadamente no nível do emprego, que caiu acentuadamente no início da década, sem uma queda equivalente do produto industrial. A novidade dos anos 90 é justamente essa relação inversa entre crescimento da produção e do emprego, ou seja, os ganhos de produtividade ocorreram, pelo menos em parte, pelas quedas sistemáticas no volume de emprego industrial. A abertura comercial, aliada às estratégias empresariais de racionalização do processo produtivo, desembocou em uma elevação da produtividade industrial inédita no País. Diversos estudos empíricos evidenciaram isso, dentre eles o de Nassif (2006, p. 12), que mostra graficamente a forte retração da produtividade do trabalho, na indústria brasileira, na segunda metade de década de 80 e

a expressiva recuperação a partir do início da década de 90.⁸ Segundo o autor:

Em linhas gerais, os dados confirmam as evidências já apontadas em diversos trabalhos sobre o tema já publicados no Brasil: na segunda metade da década de 1980, a retração da produtividade é explicada por um aumento do emprego mais que proporcional ao incremento da produção física (em termos tendenciais); a partir da década seguinte, por seu turno, os elevados ganhos de produtividade da indústria são explicados principalmente pelos índices crescentes de expansão da produção física, os quais foram acompanhados, no entanto, ora por um ritmo mais lento de aumento, ora por forte retração do emprego industrial (Nassif, 2006).

A drástica supressão de postos de trabalho na indústria não foi consequência só da redução da relação emprego/produto industrial, ou seja, da elevação da produtividade, mas também da terceirização praticada pelas empresas, que passaram a externalizar atividades que antes eram realizadas internamente, transformando parte do emprego industrial em atividade de serviço. Ademais, muitas empresas expostas à concorrência internacional não resistiram e fecharam as suas portas. Embora, no cômputo geral, tenha aparecido uma ampliação no volume de estabelecimentos industriais nesses anos (578 no RS e 4.271 no Brasil), só os microestabelecimentos lograram crescimento — entre os anos de 1989 e 1992, registrou-se, no Brasil a perda de 4.033 pequenos estabelecimentos, 1.566 médios e 656 grandes estabelecimentos, enquanto, no RS, assistiu-se ao fechamento de 159, 122 e 66 estabelecimentos em cada um dos estratos, respectivamente (Tabelas [8](#) e [9](#)).

A década de 90 trouxe mudanças estruturais, que tiveram efeitos importantes sobre o ritmo e a forma de crescimento da economia, o que

⁸ Para o autor, o principal fator de aumento da produtividade foi a retração do emprego, mas os motivos para o recuo do emprego foram diferenciados conforme a conjuntura: de 1990 a 1994, o emprego caiu devido aos impactos imediatos da liberalização comercial; na segunda metade da década de 90, foi a forte valorização do real frente ao dólar que afetou o emprego, porque pressionou as empresas que competem com importações a intensificar os ganhos de produtividade e barateou a importação de equipamentos.

impactou a dinâmica e o funcionamento do mercado de trabalho formal, como evidencia a trajetória do emprego formal no período. Redução do emprego industrial, combinada ao crescimento do emprego nos setores de comércio e serviços, e aumento da proporção de trabalhadores envolvidos em atividades associadas à "precarização" foram alguns dos reflexos das mudanças em nível macroeconômico sobre o mercado de trabalho.

Nos primeiros anos da década, entre 1990 e 1992, o País viveu um período de recessão, com redução do nível de atividade e do emprego. A partir de 1993 e, mais intensamente, da estabilização, em junho de 1994 (Plano Real), verificou-se uma retomada do crescimento econômico, que sofreu algumas descontinuidades em decorrência das crises mexicana (1994-95) e asiática (1997) e da crise da moratória russa, em meados de 1998. Como não poderia deixar de acontecer, esses desenvolvimentos em nível macroeconômico tiveram fortes reflexos sobre o desempenho do mercado de trabalho, que continuaram a se propagar no final dos anos 90.

No RS, o nível do emprego regulamentado experimentou uma drástica redução de 5,9% em 1990, frente a 1989, e de -4,4% em 1991, frente a 1990, as maiores quedas de toda a série histórica do emprego formal, com a eliminação de 188.991 postos de trabalho. Depois de uma quase estabilidade em 1992, observou-se um forte impulso em 1993, o que significou uma recuperação de 82.756 postos nesses dois anos. No Brasil, a queda foi um pouco menor em 1990 e bem menor em 1991, voltando a acentuar-se em 1992, contabilizando a perda de 2.213.725 postos nesses três anos. No ano seguinte, registrou-se uma expansão de 4,0% pela adição de 892.184 empregos, já em um ambiente de reversão do quadro recessivo ([Gráfico 1](#)).

A indústria de transformação⁹ foi duramente afetada, com fortes recuos no contingente empregado e no número de empresas. No Estado, o emprego industrial experimentou uma retração de 13,6% em 1990, a maior de toda a série histórica. No ano seguinte, a queda foi de 6,1%, resultando na eliminação de 110.491 postos de trabalho nesses dois anos. Nos anos de 1992 e 1993, verificou-se uma busca de recuperação do emprego industrial no RS, o que representou uma reposição de 28.454 vagas.

Contrariando o comportamento do emprego, o número total de estabelecimentos industriais no RS diminuiu apenas em 1992, em razão da queda no número de microestabelecimentos, que, em parte, foi compensada por relativa estabilidade ou elevação do número de estabelecimentos nos demais estratos de porte. Já em 1990 e em 1991, a evolução foi positiva graças à ampliação do número de microestabelecimentos¹⁰, que mais do que compensou a diminuição nos outros estratos.¹¹ Em 1993, o crescimento no volume de estabelecimentos foi generalizado para todos os estratos de porte ([Tabela 8](#)).

No Brasil, o emprego industrial exibiu um recuo um pouco menor do que no RS no primeiro ano e um pouco maior no segundo, mas, ao

⁹ A construção civil foi igualmente afetada. No RS, sofreu forte retração do contingente empregado nesses anos, com variações de -17,2% em 1990 e de -12,3% em 1991 e com crescimento de 3,5% e 4,8% nos dois anos seguintes. No Brasil, o movimento foi de intensidades diversas e sinais desencontrados: em 1990, teve queda (-11,0%); em 1991, recuperou-se um pouco (1,7%); e voltou a cair em 1992 e 1993 (-7,3% e -1,5% respectivamente).

¹⁰ A evolução dos microestabelecimentos tem sido determinante para o resultado geral, devido à sua alta representatividade. Os microestabelecimentos sempre foram em número muito maior do que os outros estratos de porte: nesses anos, em média, do total de estabelecimentos industriais, 84% eram microestabelecimentos, 11% eram pequenos, 4% eram médios e apenas 1% dos estabelecimentos eram grandes.

¹¹ Deve-se alertar que a diminuição do número de estabelecimentos em alguns estratos de porte não significa obrigatoriamente o fechamento de firmas, já que pode ter ocorrido um movimento "migratório" de empresas de estratos superiores para os inferiores — o que, certamente, vem caracterizando o ambiente econômico, muito em função do "enxugamento" das estruturas empresariais. Pode ter ocorrido, em alguns casos, uma diminuição de pessoal que fez com que o estabelecimento passasse a ser classificado em um estrato inferior. A fonte utilizada para estabelecimentos (RAIS, 2008) não fornece informações que permitam captar o aparecimento e a extinção de empresas, de acordo com o porte. Sem dúvida, o aconselhável seria a utilização de dados longitudinais que permitissem o acompanhamento das unidades produtivas por certo período de tempo, o que eliminaria esses problemas.

contrário do comportamento estadual, continuou cadente em 1992, com o que fechou 1.438.392 postos em três anos. Em 1993, conseguiu crescer 1,2%, acrescentando 58.091 postos em relação ao ano anterior ([Gráfico 2](#)). O número de estabelecimentos industriais experimentou crescimento em 1990 e 1991, influenciado pela ampliação do volume dos microestabelecimentos,¹² já que se verificou queda nos demais estratos, enquanto, nos anos de 1992 e 1993, sofreu retração. Observou-se que, em 1992, a retração foi generalizada (em todos os estratos de porte e no global) e, em 1993, foi localizada nos microestabelecimentos ([Tabela 9](#)).

No Estado, o emprego formal experimentou contração em todos os gêneros da indústria de transformação, em 1990 frente a 1989, com destaque para a indústria mecânica, a de calçados e a da madeira e mobiliário, com recuos superiores ao da média do agregado. No ano seguinte, material de transporte constitui-se em uma exceção, com um crescimento de 2,8%, enquanto a indústria têxtil exibiu a maior contração, observando-se mais seis gêneros que recuaram acima do agregado, sobretudo material elétrico e de comunicações e mecânica. Já em 1992, o nível do emprego elevou-se na maior parte dos segmentos produtivos, com realce para calçados e química. Entre os cinco gêneros com desempenhos negativos, o destaque é a indústria têxtil. No ano seguinte, apenas três segmentos ficaram negativos, enquanto têxtil, mecânica, calçados, madeira e mobiliário e metalúrgica mostraram taxas de crescimento acima do da média da indústria de transformação ([Tabela 6](#)).

No País, o recuo do emprego foi generalizado na indústria, nos dois primeiros anos da década: em 1990, foi mais acentuado na mecânica, na metalúrgica, na de calçados, na de minerais não metálicos e na de madeira e mobiliário; em 1991, foi na de material elétrico e de comunicações, na têxtil, na de material de transporte e na mecânica. Em

¹² Repetiu-se, no cenário nacional, o mesmo que foi verificado no Estado, a participação dos microestabelecimentos era muito superior a dos demais estratos. Nesses anos, a composição média dos estabelecimentos industriais era de 83% de microestabelecimentos, 12% de pequenos, 4% de médios e 1% de grandes. A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

1992, o segmento de calçados conseguiu um incremento de 10,1%, enquanto todos os outros mantiveram crescimentos negativos, especialmente material elétrico e de comunicações, mecânica, borracha, fumo e couro e papel e gráfica. No ano de 1993, o emprego estava em alta na maior parte dos gêneros industriais, apenas quatro se conservaram em queda, observando-se os maiores incrementos em calçados e madeira e mobiliário e os maiores decréscimos na indústria de minerais não metálicos e na de produtos alimentares e bebidas ([Tabela 7](#)).

O exame da evolução do nível do emprego formal entre 1989 — ano que antecedeu a implantação do Plano Collor — e 1993 — ano imediatamente anterior ao sexto choque heterodoxo na economia brasileira, com a implementação do Programa de Estabilização Econômica (Plano Real) em 1994 — mostra praticamente a mesma retração no Estado (-5,7%) e no País (-5,4%). Em termos absolutos, a indústria de transformação, no RS, foi o setor mais prejudicado nessa conjuntura, com um recuo de cerca de 82 mil postos (-14,0%), seguida pelo comércio (-52 mil vagas, variação de -17,8%) e pelo serviços (-48 mil vagas, variação de -9,8%). No Brasil, também é a indústria de transformação que sofre o maior revés, com uma retração de 1,4 milhão de vagas (variação de -22,4%), seguida pelo setor serviços (-868 mil vagas e variação de -12,4%) e pelo comércio (-432 mil postos e variação de -13,7%)¹³.

Sob a ótica do desempenho dos gêneros industriais, o comportamento do emprego também foi melhor na indústria de transformação sul-rio-grandense do que na brasileira. No Estado, entre 1989 e 1993, um segmento (material de transporte) mostrou relativa estabilidade, e os demais tiveram recuos menos acentuados do que os dos congêneres nacionais, com exceção da indústria de papel e gráfica, da

¹³ O desempenho do emprego formal na agropecuária chama atenção (33,0% no RS e 31,2% no Brasil) e merece ser comentado. A base RAIS subestima a ocupação no campo, ao captar somente a parcela dos ocupados com registro em carteira, o que é uma minoria. Assim sendo, esse movimento, provavelmente, reflete mais a regularização de relações de trabalho preexistentes do que a criação de novas oportunidades.

indústria têxtil e da indústria de alimentos e bebidas. Os segmentos mais prejudicados nessa conjuntura foram a indústria mecânica do RS e a de material elétrico e comunicações do Brasil, com quedas de 27,1% no primeiro e de 36,3% no outro.

Os cortes no emprego atingiram a força de trabalho de forma diferenciada, não só em função do segmento produtivo em que os empregados estavam vinculados, mas pelos seus próprios atributos, dentre eles o nível de escolarização, podendo-se perceber, a partir daí, uma mudança no perfil da mão de obra empregada. Tomando-se a escolaridade como *proxy* da qualificação, verifica-se que, no País e no Estado, tanto em termos globais como mais especificamente na indústria de transformação, os trabalhadores com menores níveis de escolaridade (analfabetos e com até a oitava série do ensino fundamental incompleta) foram os mais afetados no período, perdendo participação no emprego total e no setorial de maneira contínua. Como decorrência, observou-se a elevação do número médio de anos de estudo dos empregados nacionais e estaduais. Entre 1989 e 1993, a média de anos de estudo, em termos globais, passou de 7,4 para 7,9 anos de estudo no Brasil e de 7,5 para 8,0 anos de estudo no RS; enquanto, na indústria de transformação, avançou de 6,3 para 6,7 anos de estudo no País e de 5,9 para 6,2 anos de estudo no Estado.

Ao se comparar com a situação anterior, tem-se uma percepção do impulso do processo de reestruturação produtiva na direção de uma melhor qualificação dos trabalhadores, pois, entre 1985 e 1988, quando a reestruturação ainda não se havia consolidado no Brasil, o número médio de anos de estudo da totalidade de trabalhadores e o daqueles da indústria de transformação mantiveram-se praticamente constantes no Brasil (em torno de 7,2 anos e de 6,1 anos respectivamente) e no RS (em torno de 7,4 anos e de 5,7 anos respectivamente). De qualquer forma, deve-se ter presente que o aumento da participação de trabalhadores mais escolarizados — e, conseqüentemente, do número médio de anos de estudo — está em conformidade com o movimento geral de escolarização A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

da população como um todo e, mais especificamente, com aquele que ocorreu na totalidade do mercado de trabalho.¹⁴

No interior da indústria de transformação, repetiu-se o mesmo movimento de elevação da escolaridade média dos empregados formais, ainda que com ritmos distintos. Assim, em 1989, os empregados nas indústrias de produtos minerais não metálicos e na de calçados eram os que exibiam as menores médias de anos de estudo no RS (5,1 anos), enquanto, no Brasil, eram os empregados na indústria de produtos alimentícios e bebidas (5,0 anos de estudo). A melhor condição de escolaridade, nesse ano, aparecia, nos dois contextos, no segmento de material elétrico e de comunicações, com 7,5 anos de estudo em cada um deles. Em 1993, o quadro de escolaridade evoluiu, mas não modificou a posição relativa dos piores e dos melhores no Estado, em um extremo continuavam produtos minerais não metálicos e o calçados, com 5,4 anos de estudo cada um, e, no outro, permanecia material elétrico e de comunicações (8,2 anos); no Brasil, nesse mesmo ano, a pior e a melhor condição de escolaridade eram encontradas, respectivamente, na indústria da madeira e mobiliário (5,4 anos de estudo) e na de material elétrico e de comunicações (8,3 anos de estudo).

Em suma, em termos absolutos, entre 1989 e 1993, foram destruídos 1.321.541 postos de trabalho no Brasil e 106.235 no RS, sendo que, só na indústria de transformação brasileira, foram suprimidos 1.380.301 postos e, na sul-rio-grandense, 82.037.

2.2 O Plano Real e o movimento do emprego industrial: do descontrole inflacionário ao domínio da inflação

¹⁴ Segundo o **Censo Demográfico 1991** (IBGE, 1991), 24,9% da População em Idade Ativa e 34,6% da população ocupada no País tinham mais de oito anos de estudo, enquanto, no Estado, eram 27,4% e 34,5% respectivamente. No Censo seguinte, em 2000 (IBGE, 2001), 35,9% da PIA nacional e 38,5% da estadual tinham mais de oito anos de estudo, ao passo que, entre os ocupados, esse percentual era de 45,3% no Brasil e de 47,2% no RS. Os empregados no mercado de trabalho formal eram detentores de uma condição de escolaridade mais elevada: em 1991, 51,2% dos trabalhadores do RS e do Brasil tinham pelo menos oito anos de estudo e, em 2000, sua participação elevou-se para 65,2% no RS e 66,5% no Brasil, apontando uma maior seletividade do mercado formal, comparativamente à totalidade do mercado de trabalho. A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Em um contexto caracterizado pelo descontrole inflacionário, surgiu o Programa de Estabilização Econômica — Plano Real — implementado em 1994, durante o Governo Itamar Franco (1992-94). Concebido num ambiente internacional em que vigoravam as recomendações do Consenso de Washington¹⁵, tratava-se da tentativa mais elaborada e de mais difícil implementação para controlar a inflação no Brasil e representou praticamente a última opção de política anti-inflacionária. Teoricamente, sua engenharia previa a troca gradual da moeda antiga e desacreditada pelo real. Mas essa troca não se daria de forma instantânea e com congelamento de preços, tal como no Plano Cruzado, mas, sim, através de um período em que os agentes econômicos entenderiam as vantagens da nova moeda e, naturalmente, iriam aderindo a ela. Na realidade, e por força do calendário eleitoral de 1994 — a necessidade de mostrar resultados para obter vantagem nas eleições presidenciais —, a fase de transição durou apenas quatro meses, em que os salários foram transformados compulsoriamente, e os demais preços foram corrigidos de acordo com o valor do dólar norte-americano.

Do ponto de vista da governabilidade, o Plano Real constituiria--se em um importante capital político do Governo, que, no seu primeiro ano, já garantiria a vitória do candidato Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições presidenciais. O êxito do Plano no sentido de

¹⁵ Expressão cunhada pelo economista inglês John Williamson, para se referir a um conjunto de reformas de caráter neoliberal, consideradas essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento. Essas recomendações foram extraídas de um encontro na capital norte-americana, em novembro de 1989, no International Institute for Economy, que reuniu funcionários do Governo dos EUA, dos organismos internacionais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento) e economistas latino-americanos. O eixo central era o combate ao poder dos sindicatos e a redução do papel do Estado na economia (Estado mínimo), destacando-se recomendações típicas do receituário neoliberal — privatização das empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal, abertura comercial e redução do déficit público. As conclusões do Consenso de Washington acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos aos países latino-americanos. Na literatura econômica, encontram-se várias análises de como o Consenso de Washington influenciou o conjunto das reformas neoliberais introduzidas no Brasil, desde 1990.

reduzir drasticamente a inflação e quebrar os mecanismos de indexação da economia deu ampla base de sustentação aos quatro anos do primeiro mandato do Presidente FHC (1995-98) e garantiria a vitória, mais uma vez, no primeiro turno, para o seu segundo mandato (1999-2002).

A estabilidade monetária atingida com o Plano Real teve duas fases distintas: a primeira vai de julho de 1994 até janeiro de 1999, quando o eixo da política econômica era a "âncora cambial"; e a segunda, de janeiro de 1999 até hoje, quando mudou o regime cambial e se adotou o regime de metas de inflação.

Os primeiros quatro anos e meio do Plano Real foram baseados na chamada "âncora cambial", ou seja, numa taxa de câmbio artificialmente baixa, cuja função era gerar preços baixos em real dos produtos importados e fazer disso uma referência de preços para os produtos brasileiros. O objetivo foi alcançado, mas também se geraram efeitos colaterais negativos, como o forte incremento do déficit externo e a necessidade de juros altos para atrair capital estrangeiro e fechar as contas externas. O modelo funcionou enquanto os aplicadores internacionais de recursos estiveram dispostos a aceitar o risco de financiar o Brasil em troca de juros elevados.

Em janeiro de 1999, a desconfiança em relação a um possível calote, por falta de reservas em dólar para pagar os empréstimos estrangeiros, gerou uma grande fuga cambial, e o Banco Central não teve mais dólares para sustentar a taxa de câmbio baixa. A partir daí, a taxa de câmbio subiu e perdeu-se a "âncora cambial". Para não se perderem juntos o Plano e a nova moeda, articulou-se uma nova política econômica, com taxa de câmbio flutuante, contas públicas ajustadas e metas de inflação preestabelecidas a serem cumpridas pelo Banco Central. O centro da administração da nova política não é mais a taxa de câmbio, mas o uso intensivo da taxa de juros, em consonância com o monitoramento do índice de inflação (IPCA) ao longo do ano. Se a previsão do índice para o final do ano estiver acima da meta, o Banco Central eleva a taxa de juros e contém a atividade econômica, para segurar os preços. Observe-se que

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

o papel central da nova política não é mais do câmbio, mas, sim, dos juros, numa interpretação de que a inflação é causada por excesso de demanda. Esse novo arranjo, que completou 10 anos na metade de 2009, em geral, obteve sucesso quanto ao controle da inflação e gerou menos efeitos colaterais negativos do que o da "âncora cambial". No entanto, o uso de praticamente um único instrumento de política — a taxa de juros — e a interpretação de que toda inflação é causada por excesso de demanda exigem níveis altos de juros e elevações frequentes da taxa, o que se repercute negativamente sobre o investimento, a produção e o emprego.

A apreciação do Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em 2001, sobre as repercussões do Plano para a indústria brasileira serve como um sensível diagnóstico do quadro nacional até aquele momento:

O resultado dessa política econômica foi a perda de espaço do setor industrial na geração de renda e de emprego e um forte crescimento das importações e da desnacionalização, gerando significativo déficit comercial e na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. A indústria brasileira promovera uma reestruturação defensiva, o que ampliou os ganhos de produtividade. No entanto, vários setores industriais e o emprego industrial foram dura e desnecessariamente penalizados pela política econômica, as empresas nacionais foram adquiridas por empresas estrangeiras, beneficiadas pelas políticas de câmbio e juros, e a oferta interna de bens industrializados caminhou em direção à desnacionalização. A estabilização monetária era mantida, mas não se podia afirmar que o Brasil havia alcançado uma estabilização macroeconômica, pois permaneceram as incertezas quanto à evolução da taxa de câmbio, as distorções do sistema tributário e as maiores taxas de juros praticadas em todo o mundo. Conseqüentemente, o nível de crescimento do produto foi muito inferior relativamente às necessidades e possibilidades do país, o que concorreu para manter a alta desigualdade e a injustiça social que já existiam na sociedade brasileira (IEDI, 2001).

A posse do novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, foi cercada de grande expectativa quanto à implementação de um projeto de crescimento com inclusão, comprometido com um processo de emancipação social e distante dos cânones neoliberais que conduziam a política econômica brasileira. Ao contrário do que se esperava, a política
A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

macroeconômica foi a da continuidade, sobretudo em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o que não impediu avanços na economia e na área social, especialmente, com programas de transferência de renda do tipo Bolsa-Família, que beneficiam milhões de pessoas que estavam à margem do mercado de consumo. Para o emprego formal, como se verá ao longo da análise que compreende o período de vigência do Plano Real, o Governo Lula representa um novo patamar de geração de empregos com vínculos legais, ainda que seja insuficiente para dar conta do contingente existente de desocupados e do contingente que ingressa anualmente no mercado de trabalho.

De um modo geral, a indústria gaúcha foi mais afetada do que a nacional pela política de valorização cambial vigente na primeira fase do Plano Real, devido aos seus vínculos com a agropecuária e dessa com o mercado externo e à existência de importantes segmentos na estrutura industrial do Estado que têm na exportação um fator dinamizador da sua atividade, como é o caso dos calçados. A indústria de calçados é emblemática para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelo RS, sendo que sofreu duplamente: foi duramente afetada pelas restrições às exportações e pela própria concorrência com os produtos importados, especialmente da China.

Em um primeiro momento, a começar pelo ano de 1994, o emprego formal manteve-se crescendo, embora em ritmo bem menor do que no ano anterior, notadamente no Estado (0,6% no RS e 2,2% no Brasil). Já em 1994-95, observaram-se um recuo no RS e relativa estabilidade no Brasil. A partir de 1995, o nível do emprego formal seguiu crescendo indefinidamente, embora com fortes oscilações anuais, observando-se que o Brasil, em 1998, recuperou o patamar do emprego formal de 1989, o que só viria a acontecer, no RS, em 2000. A segunda fase do Plano Real repercutiu favoravelmente sobre o comportamento do mercado de trabalho, notadamente o brasileiro, induzindo a outro padrão de crescimento, com vários anos mostrando taxas significativamente superiores às do período anterior, com ênfase no Brasil para os anos de A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

2004 e 2007, sendo que os anos de 2001 e 2003 foram de exceção, com taxas mais baixas. No Rio Grande do Sul, os incrementos relativos foram sistematicamente inferiores aos do País, atingindo as maiores taxas em 2000, 2001, 2004 e 2007. Cabe destacar que a crise financeira deflagrada, em meados de 2007, nos Estados Unidos — e que se propagou para o mundo, tornando-se uma crise econômica internacional — teve o seu ápice em setembro de 2008, interrompendo, no Brasil, uma *performance* favorável do emprego formal, que vinha atingindo recordes mensais de geração de vagas em relação aos mesmos períodos de anos anteriores. Mesmo assim, com resultados negativos nos dois últimos meses de 2008, o emprego conseguiu uma expansão de 4,9% no Brasil e de 3,5% no RS, neste último ano ([Gráfico 1](#)).

O emprego na indústria de transformação no RS mostrou perda de dinamismo já em 1994, apesar de ainda conseguir um resultado positivo nesse ano, enquanto o Brasil manteve o ritmo, com um crescimento superior ao do ano anterior. Todavia, nos anos posteriores, os dois espaços persistiram na queda, chamando atenção o recuo de -6,6% no RS em 1995 — a segunda maior queda no período 1985-2008. A trajetória ascendente foi retomada a partir de 1999, embora o RS — abalado por uma nova valorização cambial no final de 2004 e por uma estiagem prolongada, que afetou diretamente a produção de grãos, associada à queda de preços de diversas *commodities* agrícolas no mercado internacional — tenha experimentado um recuo no nível do emprego industrial de 3% em 2005. Deve-se registrar o impacto imediato da mudança cambial em 1999 sobre a indústria sul-rio-grandense, que reagiu mais intensamente que a nacional. A partir de 2002, o emprego na indústria gaúcha perdeu dinamismo frente ao da nacional, que passou a crescer de forma mais vigorosa, marcando, no Brasil, inéditas taxas de 10,6% (2004) e 7,5% (2006 e 2007), observando-se que, no ano de 2004, a geração de empregos com vínculos formais foi a maior da série histórica até aquele momento, o que vale também para o RS, que atingiu 9,1%. A turbulência na economia internacional freou o ritmo de expansão

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

do emprego industrial no final de 2008. A recessão global provocou a perda de milhares de postos de trabalho na indústria de transformação no Brasil e no RS, nos últimos meses do ano. Apesar disso, o País logrou uma expansão de 3,2%, saindo-se bem melhor do que o Estado, com 1,8% ([Gráfico 2](#)). O mercado de trabalho industrial demorou bem mais para recuperar o nível do emprego formal de 1989, o que só ocorreu em 2004 no caso do RS e em 2005 no do Brasil.

No interior da indústria de transformação, observa-se a expansão do emprego sob a vigência do Plano Real (1994 a 2008) na maior parte dos gêneros — as exceções foram a indústria de calçados do RS e a indústria de borracha, fumo e couros nos dois contextos —, encontrando-se seis segmentos nos quais o desempenho estadual foi melhor do que o nacional: mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, madeira e mobiliário, papel e gráfica e borracha, fumo e couros. Destaca-se, no RS, o expressivo crescimento da indústria de material de transporte (122,0%), mais do que o dobro do registrado no congêneres nacional; enquanto, no País, o destaque é a indústria de produtos alimentares e bebidas com o maior crescimento (119,9%) crescimento acima do da congêneres estadual (89,5%). Produtos alimentares e bebidas, o segundo segmento em absorção de mão de obra no Estado e o primeiro no Brasil, experimentou os maiores incrementos no nível do emprego em 1994 e 1995 e perdas em 1996, 1997 e 2000; enquanto, no Brasil, logrou um excepcional crescimento em 1994, menor crescimento em 1995 e perdas de 1996 a 1998, registrando-se, em 2004 e 2006, mais um forte impulso.

A indústria de calçados, a maior empregadora no RS, foi o único segmento no qual as variações no RS e no País tiveram sentidos discordantes ao longo do período de 1994 a 2008: contração de 22,2% no primeiro e crescimento de 19,0% no outro. No Estado, a evolução do emprego nesse segmento foi visivelmente sensível à política cambial e à abertura comercial, com recuos significativos de 1994 a 1998, com a exceção do ano de 1996, em que teve um crescimento de 2,6%,
A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

acompanhando o agregado nacional, embora com intensidades distintas. Em 1999 e 2000, refletindo a desvalorização cambial, o emprego na indústria de calçados sul-rio-grandense experimentou uma inédita expansão de 13,1% e 11,6% respectivamente, o que foi ainda mais acentuado no Brasil. Em 2004, novamente um incremento significativo, mais forte no País, para voltar a cair nos anos posteriores, notadamente em 2005 (-11,3%), repercutindo uma nova valorização do real no final de 2004. É nestes últimos anos que o Estado mais destoa do agregado nacional, em que o emprego caiu bem menos em 2005 e elevou-se nos dois anos seguintes, caindo novamente em 2008 (Tabelas [6](#) e [7](#)).

Deve-se ter presente que a perda de importância relativa da indústria calçadista gaúcha está associada a um fenômeno que reproduz internamente o que se verifica em escala internacional, ou seja, o deslocamento de plantas fabricantes de calçados para outros países como uma estratégia de garantir capacidade competitiva no mercado internacional. Essa mesma estratégia vem sendo usada pelas empresas dentro do Brasil, deslocando plantas das regiões produtoras tradicionais (Vale dos Sinos-RS e Franca-São Paulo) para o Nordeste, especialmente, atraídas por uma mão de obra mais barata e por benefícios fiscais. Paralelamente, ocorreu o ingresso de novos concorrentes no mercado, assistindo-se a consolidação de novos pólos produtores de calçados, como Ceará, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais, que impactam a produção local de calçados.¹⁶

Nos demais segmentos, de maneira geral, o movimento estadual acompanhou o do agregado nacional, ainda que com intensidades distintas, observando-se que, na maior parte deles, as quedas de contingente estiveram concentradas até 1998, com realce para o ano de 1995, que acusou as maiores retrações. Nos anos com variação positiva, o destaque foi para 2004 — consagrado como um ano excepcional para o

¹⁶ Sobre a indústria de calçados do RS, ver, dentre outros, Campos e Calandro (2008); Costa (2004; 2007); Costa e Fligenspan (1997).
A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

mercado de trabalho formal —, em que, praticamente, todos os gêneros da indústria estadual e da nacional se saíram bem.

O mercado de trabalho formal ingressou em um novo ciclo nos dois governos do Presidente Lula (2003-06 e a partir de 2007), a despeito dos avanços e recuos que marcaram a trajetória do emprego. Destaca-se a ocorrência de um fenômeno já detectado no Brasil no final dos anos 90 e no RS mais recentemente, que é a tendência de crescimento do emprego regulamentado em ritmo maior do que o do PIB, o que pode ser atribuído a uma maior formalização das relações de trabalho, associada, em larga medida, ao crescimento do agronegócio, à interiorização da indústria — já que a indústria é o *locus* do emprego regulamentado — e à maior fiscalização do Ministério do Trabalho na construção civil, no comércio e no setor serviços especialmente. Assim sendo, é preciso considerar que parcela dos novos ingressos no período seja de pessoas que transitaram da informalidade para uma inserção regulamentada no mercado de trabalho.¹⁷

As condições favoráveis no plano internacional e no plano interno permitem concluir que o segundo mandato do Presidente Lula tem sido melhor do que o primeiro para o nível de atividade econômica e para o emprego formal. O ambiente do comércio internacional em alta em termos de quantidade e preços das mercadorias, principalmente para *commodities*, que têm peso nas exportações do Brasil, gerou uma folga nas contas externas, permitindo afastar a tradicional e histórica pressão no Balanço de Pagamentos. Pode-se citar, como símbolo maior, o Governo ter antecipado os pagamentos e zerado a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No plano interno, a expansão do crédito e a redução dos juros, ao lado da ampliação da política de aumentos reais do salário mínimo e das

¹⁷ Sobre o tema, motivo de profícua discussão entre os analistas do mundo do trabalho, recomenda-se a instigante análise de Baltar, Krein e Moretto (2006), que enfoca a recuperação do nível de ocupação após a desvalorização cambial de 1999, notadamente o crescimento do emprego formal, revertendo a tendência observada ao longo da década de 90, que era a da diminuição da participação dessa forma de inserção no total dos ocupados.

aposentadorias e pensões, que já vinha do Governo FHC, bem como a consolidação do programa Bolsa-Família, ajudaram a fortalecer o mercado doméstico.

As repercussões da crise internacional no Brasil, como mostrou o ano de 2009, acabaram por se revelar brandas, até mesmo pelo que está colocado nos dois parágrafos anteriores. A economia brasileira não sofreu tanto quanto os outros países e recuperou-se logo, inclusive atraindo muito capital estrangeiro produtivo, o que demonstra confiança na expansão futura do mercado interno.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

O mercado de trabalho, particularmente o industrial, sofreu sensíveis transformações nas últimas décadas, em consonância com um movimento de dupla natureza. Por um lado, a introdução e a difusão de novos paradigmas tecnológicos e de gestão e organização do processo de trabalho, no bojo de um processo de reestruturação produtiva em escala internacional, alteraram notavelmente as condições de uso e de aproveitamento da força de trabalho, impondo um perfil de trabalhador distinto, ajustado às novas competências requeridas pela automação microeletrônica e pela robótica. A estrutura do emprego industrial foi impactada tanto em razão dos efeitos poupadores de mão de obra das inovações no chão de fábrica quanto pela mudança nos atributos dos empregados na direção de uma elevação dos requisitos de escolaridade. Há que se comentar também que as novas tecnologias, ao reduzirem o esforço físico, ampliam o espaço para as mulheres no chão de fábrica.

Por outro, as medidas de política econômica dos sucessivos governos no Brasil, como os Planos de Estabilização, ao incidir diretamente sobre o nível de atividade, repercutem no desempenho e na configuração do mercado de trabalho, que depende da dinâmica econômica para o seu pleno funcionamento. O crescimento econômico sustentado, embora não seja condição suficiente para garantir a geração A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

de empregos, sobretudo com qualidade (leia-se com vínculos formais), é a condição necessária.

Nessa perspectiva, buscou-se examinar a evolução do emprego formal na indústria de transformação do RS em paralelo a do Brasil, para detectar as mudanças ao longo do período (1985 a 2008) e as singularidades do comportamento do emprego industrial no Estado. Ao longo da análise, evidenciou-se como o emprego industrial é sensível ao desempenho da atividade produtiva, de tal forma que as conjunturas do emprego são visivelmente demarcadas pelas medidas de política econômica. Chamou-se atenção para o efeito danoso do aprofundamento da abertura comercial patrocinada pelo Governo Collor sobre o mercado de trabalho, com a destruição de milhares de postos na indústria de transformação e com o fechamento de inúmeras empresas, que não resistiram à concorrência com as mercadorias importadas. O Plano Real, na sua primeira fase, também provocou a diminuição do nível de emprego, que começou a ser recuperado em 1999, quando o Plano Real ingressou na sua segunda fase. A tendência ascendente do nível do emprego formal a partir daí, particularmente o industrial, com anos de vigorosa expansão, permite que se identifique no governo do Presidente Lula um novo padrão de crescimento para o emprego com vínculos legais.

A indústria no RS, dados os seus condicionantes estruturais, reagiu de forma diversa ao verificado no agregado nacional, em cada uma das conjunturas demarcadas pelos planos heterodoxos de estabilização. O Estado foi particularmente sensível às mudanças no regime cambial, tendo em vista a importância das exportações para a economia gaúcha. O principal segmento industrial no *ranking* do emprego industrial do Estado — calçados, fortemente dependente das vendas externas — experimentou recuos significativos, na produção e no emprego, nos anos de valorização cambial e também sofreu com a concorrência dos calçados chineses, que tirou posições de mercado dos sapatos gaúchos. Os efeitos foram tão acentuados que, em 2008, como resultado de uma trajetória de perdas de participação relativa ao longo do período, a indústria de calçados já não

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

era mais a principal empregadora no Estado, superada pela indústria de produtos alimentares e bebidas. Mais marcante ainda foi a perda de espaço no cenário nacional, onde recuou de uma representatividade de 54,5% do emprego da indústria de calçados brasileira para 37,2%, refletindo o crescimento de outros pólos calçadistas no Brasil.

No outro extremo, destaca-se o expressivo crescimento da indústria de material de transporte no RS, que, no período de vigência do Plano Real, alcançou um incremento mais de duas vezes superior ao da congênera nacional, ao mesmo tempo em que ampliou a sua importância relativa no emprego estadual de 3,1% em 1985 para 7,0% em 2008. De igual forma, mostrou uma crescente participação no emprego da congênera nacional, passando de 4,0% para 8,9% no último ano. Os investimentos, na última década, no ramo de automóveis (complexo da GM) e no de ônibus, caminhões e peças, possivelmente, ajudem a explicar esse resultado do RS.

Merece realce o avanço da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, embora os homens ainda predominem, observando-se uma maior importância relativa da mão de obra feminina no RS do que no Brasil. No Estado, as mulheres conquistaram cerca de 500 mil postos, contra aproximadamente 411 mil postos adicionados para os homens; no País, cerca de 9,7 milhões de mulheres ingressaram no mercado de trabalho, frente a 9,4 milhões de homens. Na indústria de transformação, o fenômeno é o mesmo, ainda que a presença masculina seja historicamente mais acentuada do que na totalidade do emprego, o que é mais evidente no contexto nacional do que no estadual. Na maior parte dos segmentos industriais, as mulheres persistiam minoritárias tanto no Estado quanto no País.

A elevação da idade média dos empregados formais é outro destaque com respeito às alterações na composição da força de trabalho, sendo que se verificou mais rapidamente no RS do que no Brasil. Com isso, os trabalhadores estaduais passaram a ser, em média, um pouco mais velhos do que os nacionais. A indústria de transformação elevou, A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

igualmente, a média etária do seu contingente, igualando-se no RS e no Brasil, valendo observar que a faixa de até 17 anos foi a única que perdeu trabalhadores.

Por fim, confere-se realce à mudança do patamar de escolaridade dos empregados formais que, em 2008, alcançaram, na, média, 10,2 anos de estudo no RS e 10,3 anos no Brasil, enquanto a indústria de transformação exibiu uma média inferior, 9,2 anos de estudo no Estado e 9,4 anos no País.

As perspectivas para o mercado de trabalho são boas, já que se vislumbra um horizonte de crescimento econômico sustentado para o País, embora permaneçam problemas estruturais principalmente relacionados com a educação e a qualificação dos trabalhadores. A reestruturação tecnológica e organizacional nos setores produtivos e de serviços elimina postos de trabalho, ao mesmo tempo em que impõe novos requisitos para a contratação, como a exigência de um trabalhador multifuncional com maior grau de qualificação, o que, além de diminuir as possibilidades de reemprego para os mais velhos, contrasta com o perfil da força de trabalho empregada no País, ainda com escassa escolaridade frente às necessidades do processo produtivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de (Coord.). **A economia gaúcha nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990. 3t.

BALTAR, Paulo; KREIN, José D.; MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 3, jan./abr. 2006.

BONELLI, Régis. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In: PHOSTUMA, A. (Org.). **Abertura e**

ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: Editora 34, 1999.

CAMPOS, Silvia; CALANDRO, Maria Lucrecia (2008). Nova configuração do mercado internacional de calçados e os impactos sobre a indústria calçadista gaúcha. Anais do 4º Encontro de Economia Gaúcha, 29 a 30 de maio — PUCRS, Porto Alegre.

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1997.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini; PASSOS, Maria Cristina (Coord.). **Competitividade e inovação na indústria gaúcha.** São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: FEE, 1998.

CASTRO, N. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? **Novos Estudos Cebrap**, n. 37, 1993.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; MOURA, Rodrigo L.; RAMOS, Lauro. **Determinantes da expansão do emprego formal:** o que explica o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos? Brasília: IPEA, 2009. (Texto para discussão, n. 1450).

COSTA, Achyles B. da (2004). A trajetória competitiva da indústria de calçados do Vale do Sinos. In: Costa, Achyles B. e Passos, M. C. (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo-RS: Editora Unisinos.

COSTA, Achyles B. da (2007). Instituições e competitividade no arranjo calçadista do Vale do Sinos. Anais Encontro ANPEC.

COSTA, Achyles B.; FLIGENSPAN, Flávio B. (1997). Avaliação do movimento de realocação industrial de empresas de calçados do Vale do Sinos. Porto Alegre: SEBRAE-RS/NETIT-UFRGS, mimeo. 132f.

FERRO, J. A produção enxuta no Brasil. In: WOMACK *et al.* **A máquina que mudou o mundo**. São Paulo: Campus, 1992.

FLIGENSPAN, Flávio B. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 5-11.

CARTA DE CONJUNTURA IPEA. Rio de Janeiro, n. 1, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: nov. 2009.

CARTA DE CONJUNTURA IPEA. Rio de Janeiro, n. 8, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: nov. 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — IEDI. **IEDI 12 anos**. São Paulo, jul. 2001, p.14. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/>>. Acesso em: nov. 2009.

JORNADA, Maria Isabel H. da; STERNBERG, Sheila; ZIMMERMANN, Ilaine. Modernização industrial e qualificação da força de trabalho: algumas reflexões a partir do caso da indústria mecânica gaúcha. In: CASTILHOS, C. C. et al. **Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1999.

LEITE, M. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.

NAJBERG, Sheila; OLIVEIRA, Paulo André de Souza. **A dinâmica recente do emprego formal no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Nota técnica, n. 6).

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Rio de Janeiro: BNDES, 2006. (Texto para discussão, n. 108).

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2000-2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2001-2009.

POCHMAN, Marcio. **Evolução recente da rotatividade no emprego formal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. (Nota técnica).

POCHMANN, Márcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119- 139, 1998.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS 1985-2008. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 1985-2008. (CD-ROM).

RUAS, R.; ANTUNES, J. A.; ROESE, M. Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil. In: HIRATA, H. (Org.). **Sobre o "Modelo Japonês"**. São Paulo: USP, 1993.

SANTOS, Anselmo Luis dos. Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 3, jan./abr. 2006.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O Plano Real e o mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 32, n. 4, p. 249-270, mar. 2005.

TAFNER, P. (Org.). **Brasil: O estado de uma nação**. Brasília: IPEA, 2006.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Um "instantâneo" do mercado de trabalho gaúcho ao final dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 27, n. 4, p. 249-263, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. **Mercados regionais de trabalho no RS: manifestações da reestruturação produtiva em quatro regiões selecionadas**. Porto Alegre: FEE, 2005. (Documentos FEE, n. 64).

